

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

UM PROFESSOR NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: A IMAGINAÇÃO MUSEAL DE EMÍLIO KEMP

*Iandora Melo Quadrado
Ana Carolina Gelmini de Faria*

Emílio Kemp Laberck (Figura 1) era natural do Rio de Janeiro, foi médico, jornalista, professor e poeta, além de ter dirigido o Museu Julio de Castilhos (1939-1950) até se aposentar. Ao longo de sua trajetória profissional circulou por diferentes espaços e, de acordo com Barreto (2017, p. 137), “[...] obteve reconhecimento e desenvolveu profícua produção em todas as áreas em que atuou”. De fato, as fontes analisadas apontam para uma vasta contribuição nas distintas esferas pelas quais passou deixando sua marca:

Como é possível constatar a partir de um rápido olhar sobre seu legado, Emilio Kemp foi um intelectual de muitas luzes e que somou à sua aptidão natural uma grande capacidade de trabalho e realização tornando-se, à época, uma personalidade de renome (BARRETO, 2017, p. 144).

Tomando por base sua biografia, é indiscutível a amplitude da contribuição profissional deixada por Emílio Kemp, seja na Medicina, no Jornalismo, na Literatura, na Educação, ou nas demais atividades às quais se dedicou ao longo da vida. As pistas destas contribuições podem ser encontradas de forma difusa em diversas obras que abordam temas como Literatura, Artes, Carnaval, Política, Educação, Medicina, entre outros.

Figura 1 - Emílio Kemp.



Fonte: KEMP (1918, n.p).

Como Médico, diplomado pela Faculdade de Medicina do Paraná, Kemp defendeu a tese intitulada *A defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul* junto à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, publicada em 1916 (BARRETO, 2017). Nela defendia a ideia de que a solução para se atingir o progresso material e um estado ideal de saúde era preciso avançar por meio da higiene pública, e a escola era vista como o caminho para que tal intento pudesse ocorrer de fato, evidenciando uma posição firme e constante em relação ao papel central atribuído à educação, vista como fundamental para se atingir a saúde plena: era preciso educar para curar (LARBECK, 1916).

Emílio Kemp também foi jornalista, poeta e teatrólogo, tendo uma vasta produção nessa área. E assim como em sua atuação como Médico Sanitarista é possível identificar

traços de sua predileção pela área da Educação, como por exemplo, quando escrevia uma coluna de crítica literária no jornal *Correio do Povo*, sob o pseudônimo Acúrcio Benigno.

As evidências apontam a sua presença em diferentes espaços, atuando como mediador e interlocutor em eventos e projetos, além de ter exercido também forte ascendência em seu núcleo familiar e círculo pessoal. Para além dos muros de sua casa, Kemp ocupou outros espaços onde pôde exercer suas ideias, como na arena política e nas artes. É válido ressaltar que suas atuações na esfera cultural e na política se davam de forma imbricada, uma vez que suas atividades na esfera da cultura foram pautadas por seus posicionamentos políticos.

Um destes *lôcus*, onde pôde exercer sua influência, foi a Escola Normal, onde atuou como professor e diretor. Ocupar o cargo de diretor da Escola Normal lhe garantiu, ao mesmo tempo, prestígio no cenário político e novas possibilidades de atuação como intelectual.

Os indícios encontrados sobre sua trajetória pessoal e profissional, se inserem no contexto da primeira metade do Século XX no Rio Grande do Sul e no Brasil, no qual atuou como intelectual, membro da elite, ligado ao Partido Republicano e afinado com os ideais positivistas, e aparecem atravessados pela Educação nos diversos âmbitos por onde passou. São estas marcas deixadas que, de algum modo, acabaram conformando sua visão de mundo e, por conseguinte, sua imaginação museal que transparece em sua gestão como diretor do Museu Julio de Castilhos.

A chegada de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos (MJC), em março de 1939, marcou um novo direcionamento nos objetivos da instituição. Após quatorze anos praticamente sem visitas públicas, o Museu reabriu as portas poucos meses depois de Kemp ter assumido a sua direção. Desde o princípio seus esforços foram direciona-

dos no sentido de reorganizar as coleções, o que em sua visão significava contribuir para o desenvolvimento cultural da sociedade, retomando assim a sua finalidade educativa (RIO GRANDE DO SUL, 1939). Tal posicionamento já dava indícios de sua imaginação museal.

O conceito de imaginação museal foi cunhado por Mário Chagas (2009) e, conforme o autor, teria surgido de forma embrionária a partir de um estudo feito na década de 1990 sobre o pensamento museológico de Mário de Andrade (CHAGAS, 2009). Mais tarde ao propor em sua tese de doutorado uma análise sobre a imaginação museal de Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro (CHAGAS, 2009), o autor procurou compreender o pensamento e as práticas destes intelectuais no âmbito da Museologia, não se restringindo aos documentos relativos às suas atuações frente aos museus onde eram gestores, mas também buscando identificar a presença de uma imaginação criadora nas suas ações. Para Chagas (2009) a imaginação criadora é o que permite que as coisas ganhem ou percam relevância, ou seja, sejam lembradas ou esquecidas. Os objetos são vistos como pontes entre as lembranças e os esquecimentos projetados nas relações com os sujeitos, desta forma “[...] pelo menos do ponto de vista museológico, haveria uma relação indissolúvel entre o visível e o invisível, entre o fixo e o volátil, e de que o amálgama dessa relação deveria ser procurado na *imaginação museal*” (CHAGAS, 2009, p. 21. Grifo do autor).

Nesse sentido, o museu é um espaço privilegiado para que se deem esses embates entre as memórias e os esquecimentos. Conforme Chagas (2009), o museu é um campo discursivo, produzido de forma similar a um texto, por narradores específicos que lhe conferem significados histórico-sociais diferentes.

No intuito de compreender a atuação de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos, se faz necessário con-

textualizar, ainda que de forma breve, como se davam as relações entre os Museus e a Educação, e como estas se refletiram no campo dos Museus e da História da Educação em Museus no início do Século XX.

Marcele Pereira (2010) ao abordar a trajetória do Museu Nacional no âmbito da educação, aponta que, a partir das primeiras décadas do Século XX, os museus foram intensamente afetados por processos de especialização e mudanças de paradigmas científicos, que levaram à diversificação das instituições de pesquisa. Nesse contexto, os museus ampliaram suas funções, indo de um viés investigativo para paulatinamente assumir sua função escolar. Segundo Pereira (2010), as ações no Brasil foram inspiradas em propostas pioneiras no âmbito da Educação em Museus, que vinham acontecendo desde o fim do Século XIX nos Estados Unidos, e que aqui sofreu forte influência do movimento da Escola Nova. Ao analisar esse influxo a autora afirma que

[...] o movimento chega aos museus por intermédio de educadores ligados diretamente ao movimento da Escola Nova e que compreendem o espaço do museu como alternativo à educação que prega a valorização da experimentação, vivência e plena centralidade nas ideias e conceitos dos alunos como elemento fundamental da relação entre professor e aluno. A partir dos anos 1920, os educadores descobrem no universo museal oportunidades de utilização pedagógica e iniciam uma trajetória de aproximação e utilização. No Brasil, identificamos importantes educadores que estiveram à frente das principais discussões na relação entre museu e sociedade no início do século XX (PEREIRA, 2010, p. 60).

As propostas da reforma do ensino, também situadas na primeira metade do Século XX no Brasil, incentivadas igualmente pelas diretrizes escolanovistas, protagonizaram o aprendizado pela experiência. “Os museus ganharam atenção nessa proposta pois, pelos registros materiais

da vida, possibilitavam a aproximação do indivíduo com sua herança social” (FARIA, 2017, p. 127).

Ao mesmo tempo, em que especialmente a partir da década de 1920, havia um prenúncio de valorização e incentivo da dimensão educacional dos museus, é importante destacar que o Museu Julio de Castilhos seguia por outros caminhos. Nesse período, em que o Museu estava sob a direção de Alcides Maya, houve um direcionamento voltado especialmente para a difusão científica aos seus pares, mantendo a instituição de portas fechadas na maior parte do tempo. Tal contexto só se alterou com a chegada de Emílio Kemp no Museu, que ao conceber o museu como espaço educativo, colocou seus esforços em reabrir o Museu Julio de Castilhos, aproximando-o da realidade do que ocorria nos grandes museus do centro do país.

Ao final do primeiro ano de sua gestão, ele enviou ao Secretário de Educação e Saúde Pública um relatório completo sobre as condições da instituição, bem como as atividades realizadas naquele período. No referido documento Kemp descreve sobre as condições no Museu Julio de Castilhos ao assumir a direção, destacando como estavam as coleções, apontando problemas estruturais e salientando sua pretensão ao reabrir o Museu, após este ter passado quatorze anos fechado. Em seguida Emílio Kemp discorre sobre as ações empreendidas no que se refere ao processo de reorganização das coleções, evidenciando uma preocupação com aspectos ligados à higienização e conservação do acervo. Conforme ele menciona na primeira página do relatório logo teve início a

[...] reorganização das seções de exposição, começando pela limpeza, cuidadosa desinfecção dos objetos visando a sua conservação, e à classificação justa, quanto possível, procurando-se a nomenclatura científica fazendo-se a arrumação nos mostradores. Do cofre onde se achavam encerrados vários objetos históricos de valor intrín-

seco, foram eles tirados e colocados de forma a serem vistos [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 5).

Em seguida, Kemp enfatiza que a instituição deixou de cumprir seu papel durante o período em que esteve fechado, que seria de “[...] contribuir para o desenvolvimento da cultura geral do Estado. Era um simples depósito de coleções incompletas, desorganizadas, sem nenhuma finalidade educativa” [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 11). E sobre o fato do Museu ter estado fechado ao longo dos últimos quatorze anos ele afirmou que “[...] um Museu fechado, por mais ricas que sejam suas coleções, é uma instituição inexistente” (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 11). No mês de junho de 1939 Kemp enviou ao Secretário de Educação e Saúde Pública um ofício sobre a reabertura do Museu em que afirmava que “[...] de acôrdo com o que me foi determinado, foi reaberta à visitação pública deste Museu nas terças e quintas feiras das 14 as 17 horas, tendo se registrado hoje, primeiro dia de visitas, avultada frequência” (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 259).

Em um dos trechos do relatório ele menciona sobre a relação entre o Museu e o ensino ao relatar de modo entusiasmado sobre o envio de ofícios aos institutos de ensino oferecendo as salas do Museu para aulas:

Reaberto o Museu e tendo em vista a sua finalidade precípua e a preocupação constante de V. Excia. de proporcionar aos institutos de ensino primário e secundário os mais variados e completos elementos de instrução, foi oficiado às direções das escolas e ginásios oferecendo as salas e mostruários do Museu para a para a realização de aulas e preleções [...] Esse oferecimento encontrou franca acolhida por parte das direções e dos professores desses institutos, começando em Julho a frequência, de alunos e professores, inclusive dos próprios diretores dos ginásios e escolas [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 12).

Ao longo do documento o Diretor reafirma sua intenção ao gerir o Museu, de organizar as coleções para que pudessem ser expostas para visita pública, visando retomar sua finalidade educativa. O documento enviado ao Secretário revela que o novo diretor estava ciente da função social que era imputada aos museus nesse período, e mais, demonstra que Kemp tinha um bom entendimento sobre a importância das práticas museográficas, para a realização das exposições.

Ao longo da década de 1940, as salas expositivas foram reorganizadas, recebendo inclusive o nome de figuras ilustres da história do Rio Grande do Sul e ex-diretores do Museu. Em relatório enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública no início de 1948¹ Emílio Kemp apresentou uma lista com os títulos das salas e a respectiva distribuição do acervo nos referidos espaços. Desse modo, as salas expositivas se convertiam em espaços educativos, vistas por Kemp como colégios para o ensino de todos os graus, como o próprio Kemp sinaliza no relatório anual 1948 ao afirmar que os museus

[...] não são simples mostruários de antiguidades, de objetos notáveis pelo seu valor histórico ou científico, ou de curiosidade por qualquer circunstância, porém, verdadeiros institutos de ensino, podemos dizer colégios para o ensino de todos os graus, inclusive o superior, e é nesse sentido que os museus são hoje considerados em todo o mundo civilizado [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 194).

¹ Conforme documentos da década de 1930, na gestão de Alcides Maya já havia um projeto de novo regulamento para o Museu Julio de Castilhos onde constava a organização de uma exposição das coleções, em que já figurava alguns nomes de personagens exponents da história, no entanto, o regulamento, embora aprovado na gestão de Alcides Maya, só foi publicado em 1943, durante a direção de Kemp (SILVA, 2018).

Mais uma vez, Kemp reafirma sua visão sobre a função dos museus, e por conseguinte a sua imaginação museal. Ao longo de sua trajetória como diretor da instituição Emílio Kemp deixou pistas de como idealizava o Museu Julio de Castilhos, e mais, demonstrou preocupação em projetar o Museu para além dos seus muros, através da difusão científica, por meio de publicações, excursões científicas, entre outros. Por outro lado, e concomitante a este posicionamento, defendeu o Museu como um espaço eminentemente educativo.

Ainda no ano de 1939, Kemp enviou uma correspondência ao Secretário de Educação e Saúde Pública, ao qual o Museu estava vinculado desde 1938, demonstrando sua contrariedade em relação à criação de museus municipais². Os argumentos usados para se opor a tais empreendimentos denotam um conhecimento sobre as práticas museológicas, além de evidenciarem sua posição sobre o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos no campo dos museus no Sul do Brasil.

Os museus municipais, por interessantes que sejam, não poderão ter a importância de um museu geral do Estado, que será sempre preferido para consultas e estudo dos interessados na nossa história e nas nossas manifestações de cultura científica. Ademais, as coleções que não são previamente estudadas, classificadas e autenticadas, nenhum valor apresentam como documento, não passando de coleções curiosas [...] Esses trabalhos requerem conhecimentos e métodos técnicos especializados no sentido de oferecerem subsídios legítimos de autenticidade. É lógico que os estudiosos procuram de preferência o Museu do Estado, pressupondo nele existir tudo quanto haja no Rio Grande capaz de figurar num instituto de tal natureza, e assim as coleções municipais ficarão esquecidas e inúteis nos seus mostruários. Sem recursos para coletar e

2 O debate acerca da inconveniência da criação dos museus municipais já era defendido por Alcides Maya e Eduardo Duarte na década de 1930.

recolher o material de valor histórico e científico nos municípios, este Museu tem sido privado de cumprir a sua finalidade, mas logo que tenha as verbas necessárias para esse fim, far-se-á o recolhimento do que houver espalhado no interior, mas se tudo já estiver depositado nos museus das comunas, não será possível a sua arrecadação, e o Museu do Estado ficará empobrecido e estagnado. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 48).

A partir de seu posicionamento, é possível perceber que Kemp pretendia reforçar o caráter científico do Museu, ao mesmo tempo em que mostra claramente a visão de Kemp sobre o papel dos museus no Século XX, não mais como mero gabinetes de curiosidades, mas como espaços de produção e difusão de conhecimentos. Outras evidências desse posicionamento foram suas colocações sobre a retomada da publicação da Revista do Museu, ainda no ano de 1939, argumentando sobre o seu papel enquanto difusora de conhecimentos científicos (RIO GRANDE DO SUL, 1939). E decorridos dois anos de sua gestão, Kemp demonstrou que ainda aspirava que o Museu Julio de Castilhos retomasse a publicação de sua Revista e ao fazê-lo se utilizou novamente de argumentos ligados à sua relevância científica ao afirmar que “[...] São os museus por meio de suas publicações, que espalham esses conhecimentos, contribuindo para a cultura geral e demonstrando, por sua vez, o grau de instrução do povo que representam” (RIO GRANDE DO SUL, 1941a, p. 143).

Outro aspecto que merece destaque na atuação de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos e que denota sua imaginação museal são as semelhanças entre sua trajetória e a de outro intelectual, contemporâneo seu, Edgar Roquette Pinto, que atuou no Museu Nacional na primeira metade do Século XX. Pereira (2010), ao pesquisar sobre a institucionalização das práticas educativas no Museu

Nacional, a partir da criação da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, se propõe a analisar a imaginação museal de Roquette Pinto. A autora dá pistas que ajudam a perceber as similaridades entre os dois intelectuais, ao referir-se a Edgar Roquette Pinto como

[...] o intelectual, educador, antropólogo, cientista e médico enxergava, através de seu nacionalismo militante, a educação como um instrumento de salvação nacional, capaz de moldar o povo e constituir a nação a partir da compreensão da cultura, da arte e da história (PEREIRA, 2010, p. 128).

Ao se verificar a biografia dos dois intelectuais, é possível perceber as similaridades. Ambos médicos e educadores, atuantes em diversos espaços, antes de se tornarem diretores de um Museu. Outras evidências apontam que as semelhanças entre os dois intelectuais iam além de sua trajetória anterior à chegada nos museus, identificadas igualmente em suas ações frente à instituição. A defesa da criação de Museus Escolares era compartilhada por Emílio Kemp, conforme se verá mais adiante. Sobre o incentivo a criação de Museus Escolares, Pereira (2010, p. 130) afirma que no período de Roquette Pinto

O Museu passou a incentivar escolas a montarem seus próprios gabinetes de História Natural, promovendo a publicação de guias para formar coleções científicas básicas (como coletar, tratar, classificar, desenhar etc.). O lema adotado era: “um gabinete de história natural em cada escola”.

Ainda sobre a atuação de Roquette Pinto frente ao Museu Nacional nota-se outras aproximações com a conduta de Kemp no Museu Julio de Castilhos:

A partir daí podemos observar com bastante riqueza de detalhes as transformações vividas pelo Museu Nacional no sentido de fortalecer seu aspecto educacional.

As ações tornaram-se sistemáticas e rotineiras, toda a estrutura do Museu foi envolvida na tarefa de propagar a ciência e a educação. [...] Assim, as ideias de Roquette encontraram terreno fértil para se desenvolverem. Para ele foi uma felicidade poder executar, em lugar privilegiado, as ações que acreditava no campo da educação. O Museu serviria como locus de experimentação para as ações educativas que Roquette acreditava. Adepto dos conceitos e preceitos da Escola Nova, movimento educacional internacional difundido na década de 1920 por educadores e filósofos, principalmente norte americanos, Roquette seria um dos pioneiros que enxergariam no Museu um local para experimentação e para o exercício da aprendizagem a partir da observação e da prática como acreditavam os escolanovistas (PEREIRA, 2010, p. 130).

A atuação de Emílio Kemp se aproxima dos posicionamentos adotados por Roquete Pinto no Museu Nacional, ao se analisar a sua gestão no Museu Julio de Castilhos, no que refere à defesa da educação como preceito básico para o cumprimento da função social dos museus, à luz do movimento escolanovista. Nesse sentido, é importante destacar que a documentação pesquisada traz evidências da formação de Museus Escolares enviados a várias instituições de Ensino Básico. Embora a constituição de Museus Escolares não fosse uma novidade no Museu Julio de Castilhos, visto que ao longo da primeira gestão (1903-1925) o então diretor Rodolpho Simch colaborou com a formação de mil coleções escolares, compostas de exemplares mineralógicos (POSSAMAI, 2012).

No entanto, a gestão de Kemp apresenta algumas diferenciações, como o fato de os indícios sugerirem que existe uma relação direta entre a formação dos Museus Escolares e o aumento considerável de público escolar que visitou o Museu ao longo da gestão de Emílio Kemp. Há registros que demonstram que Kemp ao assumir a direção tomou a iniciativa de anunciar a reabertura do

Museu, convidando diversas instituições de ensino a visitarem o Museu Julio de Castilhos (RIO GRANDE DO SUL, 1939).

Tal constatação é corroborada por Melo (2019, p. 110), ao analisar a gestão de Kemp, ao afirmar que “[...] talvez, as escolas por visitarem frequentemente o museu e terem abertura do diretor Emílio Kemp, possam ter feito seus pedidos [de Museus Escolares] pessoalmente através dos próprios professores que acompanhavam os estudantes nas visitas”. De fato, os dados apontam que houve um considerável aumento de público ao longo da gestão de Kemp, como evidencia o relatório de 1950, no qual se percebe que o número de visitas, incluindo escolares, foi aumentando progressivamente. Por exemplo, em 1939 foram 3.543 visitas, no ano de 1945 houve a presença de 15.728 e em 1949, após uma década da gestão de Emílio Kemp foram recebidos no Museu 18.206 visitantes, sendo que o número total de visitantes ao longo de sua gestão ultrapassou 136 mil visitantes (RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951a).

Esses esforços parecem ter sido reconhecidos, ao menos por parte das instituições que recebiam os materiais, conforme evidências pesquisadas nos documentos, em que constam cartas de agradecimento pelo apoio recebido. Um dos documentos se refere a correspondência enviada pela diretora do Instituto de Educação de Porto Alegre ao diretor Kemp na qual escreve “[...] Cumpro, com este, o grato dever de acusar o recebimento de utilíssima coleção de Artefatos Indígenas que V. Excia. teve por gentileza enviar para uso deste Instituto” (RIO GRANDE DO SUL, 1946, p. 146).

Em outra correspondência a diretora do Instituto Santa Inês, situado na Capital, agradece ao diretor o Museu Julio de Castilhos pelo intermédio prestado para a criação do Museu Escolar

O Instituto Santa Inês, do bairro Petrópolis, penhoradamente agradece a V. Ex.^a, pelo valioso auxílio, que lhe foi prestado por ocasião da fundação de seu Museu Escolar “Pindorama”, dia 6 deste mês.

O precioso material indígena, que V. Ex.^a, por intermédio do Sr. Frediani nos enviou, enriquece grandemente a pequena coleção de objetos que já possuímos (RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951b, p. 5).

O alcance dessas ações não se restringiu ao Rio Grande do Sul, uma vez que há correspondências vindas de outras regiões do Brasil solicitando materiais para a formação de Museus Escolares. Em uma destes pedidos, datado do ano de 1941, há uma solicitação assinada pela Técnica de Educação Annita Esther Coutinho pedindo materiais para a composição do Museu Escolar do Instituto Pedro II, do Rio de Janeiro em que a funcionária afirma que

De acordo com o gentil oferecimento que nos fizestes, quando de nossa visita a esse estabelecimento, vimos solicitar o material para o museu de nossa escola – Instituto Pedro II- Rua das Laranjeiras, 557 – Distrito Federal. Lembramos que o referido Instituto mantém os cursos primário e secundário, com frequência total de 150 alunos, aproximadamente. 125 Agradecendo antecipadamente a vossa gentileza, aproveitamos a oportunidade para saudar-vos (RIO GRANDE DO SUL, 1941b, p. 23).

A situação não parece ter sido uma exceção, já que em outro documento encontrado nas correspondências recebidas do ano de 1946, há um pedido em nome da Escola Normal Carlos Gomes, situada em Campinas/SP, pedindo materiais para constituição de um Museu Escolar. Na correspondência o solicitante conta que

[...] devidamente autorizado pelo sr. Prof. Carlos Corrêa Mascaro, digno diretor desta Escola, como professor da cadeira de História, deliberei organizar o MUSEU HISTÓRICO da mesma [...] Para isto, tomo a liberdade, dada a vênia, de dirigir-me ao eminente Patrício, que com

tanto brilho vem norteando do Museu Estadual “Julio de Castilhos”, para apelar à sua proclamada boa vontade de pugnador de melhor conhecimento de nossas coisas, na esperança de obter algum material para a constituição do Museu [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1946, p. 93A).

A partir das evidências apontadas se pode conjecturar a relevância de tais ações para o desenvolvimento da educação, não somente da capital gaúcha, mas para o Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, em um momento histórico que vinha, desde o início do Século XX, dando novos contornos ao papel dos museus, que assumiam a função educativa como parte do cerne de suas atribuições perante a sociedade.

No relatório anual de 1949, Kemp reafirma sua visão sobre o caráter educativo dos museus ao fazer uma avaliação das aulas ocorridas na instituição, para alunos e professores de todos os níveis de ensino, do primário até as academias superiores, e ao lamentar por não dispor de um espaço onde pudesse manter um *Pedagogium* para qualificar ainda mais estas aulas (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a). Tal fato corrobora o pensamento de Kemp em tornar o MJC em um espaço educacional, não apenas para aprimoramento do ensino, mas também para a qualificação profissional dos professores.

Além da visita de grupos escolares ao Museu, a documentação aponta que nesse período foram aceitos estagiários de escolas técnicas, como demonstra a correspondência de um estudante da Escola Técnica de Agricultura de Viamão (ETA) (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949b) enviada ao Museu solicitando permissão para estagiar na Instituição. Conforme documentos analisados, o estudante realizou um estágio nos Laboratórios do Museu no qual participou de um Curso de Taxidermia, em um período em que Pilade Frediani e Isa Teixeira de Oliveira figuravam como preparadoras na lista de funcionários do Museu (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a).

As correspondências analisadas também trazem indícios sobre a tentativa de Kemp de criar um Curso de Museus, nos moldes do que acontecia em outros museus do país, como, por exemplo, no Museu Histórico Nacional (MHN) e no Museu Nacional (MN). Ao apresentar a proposta, Emílio Kemp procurou justificar a necessidade da criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, conforme pode se observar nos fragmentos abaixo

O antigo Museu, como mostruários de objetos díspares, ao qual se poderia denominar, apropriadamente de museu-bazar, está hoje fora de moda. Essa ideia teve de ceder terreno ao critério de que o museu deve responder às necessidades de que [com rasura] visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimônio espiritual, mas também, o instrumento de ciência, deleite e educação do grande público. [...] Mas, o que interessa é mostrar a maneira de atingir esta função educadora do grande público [sic] que cabe aos museus. O Curso de Museu com algumas cadeiras essenciais é a única solução, parece-nos. [...] Um Curso de Museu constitui complemento importante das diretrizes científicas [sic] de tais estabelecimentos [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 82).

No trecho acima Emílio Kemp procura demonstrar as mudanças pelas quais os museus vinham passando, não sendo mais vistos como “meros mostruários”, mas também instrumento de educação. Ao evocar o papel educativo dos museus, ele apresenta a criação de um Curso de Museu no Museu Julio de Castilhos como única solução para transpor esse modelo ultrapassado de instituição. O fragmento acima consta em uma correspondência enviada ao Secretário de Educação e Saúde Pública, sobre a proposta de um Projeto de Regulamento do Curso a ser criado no Museu Julio de Castilhos. Nesse documento

é possível perceber que Kemp procurava contemplar as duas perspectivas, contribuir com a formação geral da sociedade e ao mesmo tempo suprir as carências da própria instituição. De acordo com o exposto no Projeto de Regulamento a finalidade do Curso era:

PROJETO DE REGULAMENTO DO CURSO DO MUSEU “JULIO DE CASTILHOS”

FINALIDADES

Art.º 1º - São finalidades do Curso do Museu Julio de Castilhos:

a) Preparar trabalhadores culturais para o exercício de atividades culturais;

b) divulgar o passado histórico [sic] e os diversos aspectos da natureza [sic], principalmente, do Rio Grande do Sul;

c) realizar [sic] pesquisas nos vários domínios [sic] de cultura que constituem o objeto do seu ensino.

(RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 95)

A proposta apresentada por Emílio Kemp de criar um Curso no Museu Julio de Castilhos revela uma proximidade com os cursos ofertados pelo Museu Nacional ao público escolar, ao mesmo tempo em que possuía similaridades com o Curso de Museus existente no período no Museu Histórico Nacional, cujo objetivo expresso no Art. 1 do Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932 que regulamentou a sua criação era “[...] Criar no Museu Histórico Nacional um “Curso de Museus”, destinado ao ensino das matérias que interessam à mesma instituição” (BRASIL, 1946, p. 24).

No documento enviado Kemp manifestou que sua intenção também era de capacitar os funcionários do Museu Julio de Castilhos, como se evidencia em um tre-

cho do documento enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública:

[...] venho solicitar a V. Excia. permissão para criar e instalar neste Museu a primeiro de Julho próximo futuro cursos de Historia Natural e História Nacional especialmente do Rio Grande do Sul e de caráter eminentemente prático destinados não só ao desenvolvimento da cultura geral como a preparação de pessoal de museus, tão escasso no país [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 84-85)

A documentação sugere que houve um retorno promissor por parte do Secretário de Educação e Saúde Pública, já que se encontra nas correspondências expedidas posteriores que uma segunda versão do Regulamento foi enviada após avaliação de uma Comissão Consultiva conforme se observa abaixo.

[...] Cumprindo o despacho de V. Excia. exarada no parecer da Comissão Consultiva sobre o regulamento dos cursos a serem criados neste Museu, cumpre-me remeter o novo projeto ficando, dessa forma, regulamentados os referidos cursos dependendo, apenas, da aprovação de V. Excia. E de acordo com os III e IV itens do art. 3º do Regulamento deste Museu que determinam a realização de conferências e aulas de especialização e aperfeiçoamento de caráter essencialmente prático. [sic] [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 150).

No entanto, é possível perceber uma mudança de direcionamento em relação à proposta inicial. Ao enviar o projeto revisado Kemp utilizou o termo cursos, no plural, e em seguida reforçou a importância de se criar tais cursos e para isso evocou o Regulamento Interno do Museu que previa conferências e aulas de especialização e aperfeiçoamento de caráter prático (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 147). De acordo com a nova proposta as finalidades dos Cursos seriam:

PROJETO DE REGULAMENTO DO CURSO DO MUSEU “JULIO DE CASTILHOS”

FINALIDADES

Art. 1º - São finalidades dos Cursos de estudos e Divulgação Prática [sic] do Museu Julio de Castilhos:

- a) Divulgar os conhecimentos das nossas coisas e da nossa gente.
- b) Divulgar o passado histórico e os diversos aspectos da natureza [sic], principalmente, no Rio Grande do Sul.
- c) Realizar pesquisas nos vários domínios [sic] de cultura que constituem o objeto do seu ensino.

(RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 147)

Desse modo, é possível verificar que desde a proposta inicial enviada em maio de 1945 até a versão revisada submetida em agosto do mesmo ano houve algumas alterações bastante significativas. Uma das principais alterações diz respeito à finalidade dos cursos, observa-se que a proposta original submetida em 7 de maio de 1945 e o primeiro projeto de regulamento enviado em 16 de junho do mesmo ano tinham duas finalidades principais, por um lado contribuir com o desenvolvimento geral da cultura no Estado e por outro sanar as deficiências da própria Instituição, enquanto o projeto de regulamento revisado pela Comissão Consultiva, datado em 1 de agosto de 1945, tinha um caráter mais amplo e menos formal, como a oferta de conferências e aulas de especialização e aperfeiçoamento.

A documentação apresenta indícios que reforçam que a posição de Emílio Kemp de criar um Curso de Museus na instituição persistiu nos anos seguintes. Foi encontrado, por exemplo, um ofício no qual ele apresenta uma resposta negativa para o envio de um bolsista para o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, ao afirmar que “[...] o Museu não possui, atualmente, nenhum funcionário disponível e capaz de aceitar a indicação, e nem esta Dire-

toria vê conveniência no curso em questão, que pode ser ministrado neste mesmo Museu que possui o programa do Curso do Rio [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 230). E menos de um mês após a resposta enviada que aparece no documento citado acima, Kemp encaminhou nova correspondência ao Secretário de Educação solicitando novamente verba para a abertura de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos. No documento ele menciona que

O Museu Histórico, do Rio de Janeiro, vem, a partir de 2 anos mantendo um curso de preparação de técnicos para essa especialidade de museus de documentação histórica e oferecendo no máximo 3 matrículas aos candidatos do mesmo curso. Nenhuma dificuldade existe que prive o Museu do Estado de manter curso idêntico com ampliação maior como seja o ensino de taxidermia e conservação de espécies animais e de conservação e limpeza de peças de numismática de modo a termos no estado uma escola de técnicos de museus que será pouco a pouco principalmente na parte de história Natural ampliada, e conforme os recursos orçamentários que for obtendo, os programas dos três anos do curso do Museu Histórico, do Rio, já este Museu possui e serão organizados os programas de taxidermia e História Natural, conforma a criação das respectivas cátedras. Dessa forma, criar-se-á novas profissões como desenvolver-se-á o ensino técnico no Estado, concorrendo para melhor divulgação de conhecimentos científicos e melhor competência dos servidores do Estado. Não é difícil conseguirmos a imediata abertura desse curso com o próprio pessoal do Museu no exercício do ensino e de alguns mais professores recrutados entre os docentes de institutos de ensino secundário e superior facilmente ficará completo o quadro dos professores que serão chamados a proporção que o curso for se desenvolvendo. [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 233; 235).

Assim, as fontes indicam além do propósito de alargar as práticas educativas para o público escolar e geral, suas ações e esforços também se voltaram para desenvol-

ver no Museu a educação no âmbito formal, a partir da criação de cursos nos moldes do que ocorria nos museus da antiga capital brasileira. Porém, a documentação pesquisada revela que o curso, ou cursos, não chegaram a ser implantados de fato.

Com a saída de Emílio Kemp, em 1950, em decorrência de sua aposentadoria, assumiu o cargo de diretor, o subdiretor Dante de Laytano, que daria um novo direcionamento para o Museu Julio de Castilhos, concluindo o processo de “guinada para a História” iniciada na gestão de Alcides Maya. Ao assumir a direção, Dante de Laytano seguiu um caminho que diferia bastante das ações de Emílio Kemp acerca das práticas educativas. Voltou-se para a pesquisa histórica, em especial sobre o Folclore, e não demonstrou preocupação ou intenção em dar continuidade no processo de implantação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, ao contrário, a documentação aponta que Dante de Laytano chegou mesmo a indicar candidatos a bolsistas para realizarem o Curso de Museus no Museu Histórico Nacional (RIO GRANDE DO SUL, 1955).

Por fim, todas as tentativas empregadas por Kemp para criar o referido Curso no Museu Julio de Castilhos ajudam a compreender sua visão de mundo frente à direção, que somados aos seus esforços em trazer os públicos escolares para o Museu e ao incentivo na difusão científica a partir dos estudos produzidos na instituição apresentam fortes indícios de sua imaginação museal. Ao longo de sua gestão procurou aproximar o Museu Julio de Castilhos do cenário vivenciado no restante do Brasil, em que os museus assumiram de forma progressiva seu papel educativo, em uma evidente aproximação com o campo da educação.

Referências

BARRETO, T. M. **A fotografia de Luiz Arthur Ubatuba de Faria: o olhar de um urbanista**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. **Legislação**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. 83p. [folheto nº46].

CHAGAS, M. S. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

FARIA, A. C. G. **Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

LARBECK, E. K. **A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: I Robles, 1916, 50p. Tese apresentada à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre em dezembro de 1916. FAMED/UFRGS.

MELO, R. M. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958) (Porto Alegre/RS)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PEREIRA, M. R. N. **Educação museal - Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

POSSAMAI, Z. R. “Lições de Coisas” no museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, p. 1-13, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1939, 417 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1941a, 267 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1945a, 262 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1948-1949a, 342 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1950-1951a, 446fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1941b, 186fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1946, 199 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1948-1949b, 267 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1950-1951b, 297fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1955, 181fls.

SILVA, A. C. F. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.